

LAIRA CARNELÓS
TAIANE SOUZA

EU ESTOU AQUI
UM CURTA-METRAGEM SOBRE A LUTA POPULAR DA CAMPANHA
PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS

Viçosa – MG
Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV
2017

LAIRA CARNELÓS
TAIANE SOUZA

EU ESTOU AQUI
UM CURTA-METRAGEM SOBRE A LUTA POPULAR DA CAMPANHA
PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS

Memorial referente ao Projeto Experimental apresentado ao curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa – MG
Curso de Comunicação Social/ Jornalismo UFV

2017

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Projeto Experimental intitulado *Eu Estou Aqui*, de autoria das estudantes Laira Abreu Carnelós e Taiane Caroline de Souza, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Mariana Ramalho Procópio Xavier – Orientadora
Professora do Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV
Doutora e Mestre em Linguística do Texto e do Discurso pela FALE/UFMG

Ivonete da Silva Lopes
Professora do Departamento de Economia Rural da UFV
Doutora e Mestre em Comunicação Social pela UFF

Thiago Alves da Silva
Jornalista
Coordenador regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Viçosa, 05 de julho de 2017

Com talento, com trabalho coletivo, com ciência, o homem, passo a passo, é capaz de transformar o deserto em verde.

Pepe Mujica

Fazer o lugar, em particular o que chamamos de “casa”, é a arte que pertence ao povo e não ao capital.

David Harvey

RESUMO

Em 2008, a empresa multinacional *Ferrous Resources do Brasil* inicia as atividades na tentativa de implantação de um mineroduto que ligaria a mina Viga, em Congonhas – MG, ao terminal portuário, em Presidente Kennedy - ES, tendo em seu trajeto a cidade de Viçosa – MG e região. O licenciamento ambiental do empreendimento continha muitas falhas e a atuação da empresa violava diversos direitos humanos, principalmente das comunidades diretamente atingidas. Surge então um conflito socioambiental que culminou na criação da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*, na tentativa de barrar o processo de licenciamento ambiental desse empreendimento. O vídeo-documentário *Eu Estou Aqui* pretende narrar a história da vitória dessa resistência popular frente ao modelo de mineração vigente no país.

PALAVRAS-CHAVE: mineração; resistência popular; direitos humanos; conflito socioambiental; vídeo-documentário.

ABSTRACT

In 2008, the multinational company *Ferrous Resources do Brasil* started their activities as an attempt to introduce a pipeline that would connect the Viga mine, in Congonhas – MG, to the port terminal, in Presidente Kennedy – ES, including on its way the city of Viçosa – MG and region. The environmental licensing of the enterprise had lot of failures and the attitude of the company violated many human rights, mainly of the directly impacted communities. Arise than a socioenvironmental conflict that resulted in the creation of the *Campaign to the Waters and Against the Ferrous Pipeline*, in the attempt to stop the environmental licensing process of this enterprise. The video documentary *Eu Estou Aqui* intent to tell the victorious story of this popular resistance against the prevailing mining model in the country.

KEY WORDS: mining; popular resistance; human rights; socioenvironmental conflict; video documentary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Fontes da versão curta – metragem do documentário <i>Eu Estou Aqui</i>	30
Figura 1: - “Teatro do oprimido” durante o ato em comemoração ao “enterro” do mineroduto da Ferrous, 2016.....	34
Figura 2: Personagens do Documentário curta-metragem <i>Eu Estou Aqui</i>	35
Figura 3: Militantes do MAM em Paula Cândido, 2017.....	36
Figura 4: “Seu Zito” tocando “Águia Branca”.....	37
Figura 5: Título estilizado do vídeo-documentário.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS A PARTIR DO MINERODUTO DA <i>FERROUS RESOURCES</i> E O COMPROMISSO SOCIAL DE UM JORNALISMO ALTERNATIVO E CONTRA-HEGEMÔNICO	10
1.1. Meio ambiente para quem?.....	10
1.2. O caso do Mineroduto da <i>Ferrous Resources</i> , licenciamento ambiental e o processo de resistência popular	14
1.3. Jornalismo ambiental e a mídia hegemônica	22
1.4. Documentário como mobilizador social: por uma outra comunicação	25
CAPÍTULO 2 - RELATÓRIO TÉCNICO	28
2.1. Pré-produção	30
2.2. Produção	32
2.3. Pós-produção	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Eu estou aqui é um vídeo documentário curta metragem que apresenta a vitória popular frente ao projeto de implementação de um mineroduto pela empresa *Ferrous Ressources do Brasil*, articulada pela *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* na Zona da Mata mineira.

O conflito socioambiental gerado pela empresa, como veremos mais detalhadamente no decorrer deste trabalho, se iniciou no ano de 2010 a partir de seu contato com as comunidades diretamente atingidas durante as visitas ao trajeto proposto para a construção do empreendimento, eclodindo na organização da resistência ao projeto e criação da *Campanha*, no ano de 2012. O enfrentamento à chegada da mineradora envolveu diversas organizações populares, movimentos sociais, movimento estudantil, sindicatos e igrejas, por meio de iniciativas junto ao Poder Público e à população. A coordenação da *Campanha* foi centralizada na cidade de Viçosa, e, através da articulação em rede entre várias organizações, foram criados núcleos de atuação nas diversas cidades atingidas na região. Os agentes da *Campanha* conseguiram trazer as discussões acerca das problemáticas envolvidas no conflito para as comunidades e centros urbanos impactados pelo empreendimento. Dessa forma, a pressão na empresa gerada pela resistência possibilitou a interrupção do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, em julho de 2016.

Viçosa é uma cidade essencialmente vocacionada para a educação, atraindo pessoas de diversas partes do Brasil e de outros países, com destaque para a Universidade Federal de Viçosa e instituições de ensino superior privadas. Dessa forma, vê-se o rápido crescimento e desenvolvimento da cidade e a emergência de organizações de caracteres diversos que fomentam mobilizações sociais para variados fins. Nossa inserção nesse cenário nos permitiu acompanhar o desenvolvimento da *Campanha* e participar de espaços promovidos por ela, reconhecendo as problemáticas envolvidas nesse conflito como uma pauta pertinente, tanto localmente, quanto nacionalmente, a ser apurada e abordada com aprofundamento crítico.

Sendo assim, tomamos a *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* como objeto de estudo e, a fim de colocar em prática os diversos aprendizados adquiridos no decorrer da graduação no curso de Comunicação Social - Jornalismo, optamos pela documentação histórica dessa resistência dentro do formato audiovisual. Esse formato, enquanto produção independente, permite o exercício da militância do jornalista devido a autonomia na produção e a possibilidade de se tomar parte de um dos lados envolvidos na questão, em nosso caso, a luta popular. A atuação do jornalista nessas produções, “permite a

criatividade do profissional e a possibilidade de uma atuação interpretativa da realidade apresentada”, visto que “a imparcialidade não contribui para a construção da consciência crítica” (ZANDONADE e FAGUNDES, 2003, p. 13). O audiovisual também possui um potencial de transmissão e compreensão de mensagens, em razão do uso da linguagem oral e a relação visual com as informações transmitidas. De acordo com Maria Tereza de Azevedo:

O audiovisual é um meio eficaz na mediação do processo de apropriação do conhecimento, porque comporta em sua composição vários elementos de linguagem que propiciam uma compreensão em vários níveis. Assim, podem facilmente desencadear associações que levam aos sentidos e aos significados (FONSECA, 1998, p.37 apud ZANDONADE e FAGUNDES, 2003, p. 41)¹.

Já a escolha pelo gênero documentário se deu pela possibilidade de aprofundamento no tema, devido a necessidade de uma contraposição ao discurso desenvolvimentista da empresa e àquele predominante na mídia hegemônica acerca dos conflitos ambientais no país. Soma-se ainda a facilidade de acesso ao material audiovisual e custeio do produto final físico, viabilizando maior circulação e divulgação do produto final.

Sendo assim, nosso objetivo é a produção de um documentário curta-metragem como ferramenta de denúncia das violações aos direitos humanos cometidas pela mineradora *Ferrous*, buscando maior visibilidade do conflito socioambiental gerado por ela, por meio dos relatos das comunidades diretamente atingidas pelo mineroduto da *Ferrous* e demais sujeitos sociais envolvidos na *Campanha*.

Reconhecendo a *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* enquanto uma experiência exitosa de luta popular em resistência a grandes empreendimentos de exploração de bens naturais, o curta-metragem foi estruturado de forma a servir como instrumento de conscientização política e mobilização social. Peruzzo nos lembra que “o homem tem como essência, a potencialidade de ser sujeito da história. Alienando-se, ele perverte os seus valores próprios, transformando-se em objeto. Nessas condições, ele se deforma, se embrutece, se desumaniza” (1998, p.26²). Sendo assim, a necessidade de uma produção com esse carácter se torna ainda mais imperativa devido à falta de comprometimento dos meios de comunicação hegemônicos quanto a uma abordagem mais complexa e

¹ FONSECA, Maria Tereza de Azevedo da. Realização e recepção: um exercício de leitura. In: Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna, 1998.

² PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

contextualizada dessas questões, estabelecendo, dessa forma, um estado passivo da sociedade diante o potencial transformador de sua realidade.

CAPÍTULO 1 – CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS A PARTIR DO MINERODUTO DA *FERROUS RESOURCES* E O COMPROMISSO SOCIAL DE UM JORNALISMO ALTERNATIVO E CONTRA-HEGEMÔNICO

1.1 Meio ambiente para quem?

Ignacy Sachs (2007, p. 292) uma vez escreveu que “nossa espécie é a única capaz de inventar seu futuro e de transformar seu meio ambiente de acordo com a sua vontade e, assim esperamos, por meio de ações temperadas pelo senso de realismo e pelo princípio de responsabilidade”. Sabemos, enquanto humanidade, que nossa espécie está ameaçada: desde os anos 1960 somos alertados pelos movimentos contraculturais sobre os riscos ambientais que corremos, frutos de um crescimento econômico capitalista sem freios, que desintegra comunidades, suga a vida das nossas terras, põe em riscos espécies da fauna e da flora e cria conflitos sociais, alimentados pela exploração da mão de obra e da consequente desigualdade social.

Produzimos em excesso e sonhamos com a homogeneidade de um acúmulo material e consumo *à lá* Estados Unidos, garantido sob as sombras de um neoliberalismo, que se utiliza dos mais cruéis mecanismos para manter oligopólios e conglomerados de empresas transnacionais e multilaterais, liderando economicamente, socialmente e até politicamente o mundo. O sistema econômico capitalista se expandiu pela burguesia como “missão civilizatória”: os mais ricos deveriam controlar e “civilizar” ou até destruir os povos “selvagens”, e até hoje a base territorial do poder político mundial reflete as divisões coloniais. Os frutos do trabalho dos países do Terceiro Mundo continuam sob controle dos países e classes mais ricas. Gonçalves (2011) nos lembra que a exportação de matérias primas agrícolas e minerais, por meio da exploração da terra e latifúndios, mantém a opressão negra e indígena, agora em moldes modernos. “Colonialidade” sobrevive ao colonialismo, por meio de ideais desenvolvimentistas eurocêntricos.

O homem pré-histórico de Engels (1884), ao perceber a possibilidade de estabelecimento físico e assim produzir em maior quantidade produtos que antes eram destinados à subsistência e utilizá-los como moeda de troca com outras comunidades, foi capaz de privatizar o espaço - fundar a propriedade privada – e desse modo garantir o constante acúmulo de riquezas. Bens disponíveis e partilhados a todos não são de interesse para a economia mercantil, a partir do momento em que essa economia se baseia no pressuposto de

privação e escassez como base, a se iniciar pela propriedade privada da terra, ou seja, esse modelo de economia aliado à preservação de um meio ambiente comum a todos não se sustenta, um é contrário ao outro na dinâmica da sociedade capitalista. O território se torna, então, ao abrigar em sua materialidade as tensões das divisões e modos de se apropriar do espaço, categoria central do desafio ambiental (GONÇALVES, 2011).

Harvey (2011) explica que esses conflitos da criação de novas geografias por meio do capitalismo se fundam na “destruição criativa da terra”. O ambiente natural é objeto da transformação humana e, nos últimos três séculos, a natureza original foi constantemente remodelada, a partir da destruição do velho e da constituição de uma “segunda natureza”. Podemos observar a criação e recriação do espaço e organização drástica da paisagem. A “revolução verde” na agricultura, os organismos geneticamente modificados (OMGs), a monocultura que investe em fertilizantes e pesticidas a base de petróleo, são alguns dos exemplos de como o capital se apropria da destruição da terra para prosperar, à base da heterogeneidade geográfica e da diferença, com a conivência do Estado e flexibilização de leis pelas autoridades políticas.

O acúmulo, concentrado nas mãos de determinados grupos hegemônicos e em conflito com o meio ambiente, transforma a nossa sociedade no que Ulrich Beck (2010) chama de “sociedade de riscos”. A produção social de riquezas, em conjunto com a ditadura da escassez nos países de Terceiro Mundo, é acompanhada sistemicamente pela produção social de riscos e autoameaças científico-tecnologicamente produzidas: “o processo de modernização torna-se “reflexivo”, convertendo-se a si mesmo em um tema e problema” (BECK, 2010, p. 24). Consumimos alimentos tóxicos, vivemos cotidianamente sob ameaças nucleares e de catástrofes ambientais, e muitas vezes nem temos consciência disso. Uma pesquisa recente da Organização Mundial da Saúde – OMS mostra em torno de 12,6 milhões de pessoas morrem todos os anos devido a condições ambientais que comprometem a saúde: isso representa cerca de 23,6% de todas as mortes registradas anualmente em todo o planeta. O gerenciamento adequado da natureza poderia evitar que mais de 6,5 milhões de pessoas morressem todos os anos (OMS, 2010³ apud BUENO, 2017). Mas os riscos, nas palavras de Ulrich Beck (2010), são *big business* para as grandes empresas.

A economia pressupõe que tais riscos são únicos e instrumentais e que a poluição e degradação do meio ambiente é democrática, ou seja, atinge de formas iguais e homogênea a

³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Comunicação eficaz com a mídia durante a emergência de saúde pública**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

todos os povos. Mas os diversos grupos sociais escapam de maneiras diferentes a eles, visto que os mais ricos estão menos expostos aos conflitos ambientais, e as classes baixas estão sempre circulando no interior de um circuito de riscos (ACSELRAD, 2010). O lixo descartado por toda uma cidade, por exemplo, é muitas vezes depositado em bairros periféricos, cuja população geralmente pertence às classes baixas, na grande maioria composta por pessoas negras.

No Brasil, as zonas rurais e zonas ribeirinhas, habitadas em grande parte por comunidades simples e povos indígenas, estão mais aptas a serem atingidas por megaempreendimentos exploratórios, como os de extração de minérios e construções de barragens. Em novembro de 2015, a barragem de contenção de rejeitos do Complexo de Germano em Mariana - Minas Gerais, pertencente à mineradora Samarco, se rompeu, devastando comunidades, rios, colocando em risco espécies de animais e comprometendo o abastecimento de água de milhares de pessoas. De forma geral, os 41 municípios, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que foram listados até março de 2016 como afetados, têm indicadores socioeconômicos inferiores à média de seus estados, com baixo nível de escolaridade, renda e desenvolvimento (MOTTA et al., 2016). Murphy (1994⁴ apud ACSELRAD, 2010) classifica esse desnível, no que diz respeito às classes atingidas por conflitos ambientais, de “classes ambientais”, já que existem determinados grupos econômicos que ganham com a degradação, enquanto outros pagam pelos custos ambientais. Dessa forma, as desigualdades de grupos oprimidos – pela classe, raça e/ou gênero - são refletidas e sustentadas pelas desigualdades ambientais (NEWELL, 2005⁵ apud ACSELRAD, 2010). Para Gonçalves:

[...] sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando *dos lugares* e, mais, tirando *dos do lugar*, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem. Assim, é preciso agir não só localmente, como regional, nacional e mundialmente, posto que é a sociedade e seu espaço como um todo que está implicada no desafio ambiental (GONÇALVES, 2011, p. 68).

Considerando-se essas questões, grupos ambientalistas, sejam dispostos em Organizações Não Governamentais (ONGs) ou diversos movimentos sociais, se articulam pela busca de barrar o avanço de conflitos ambientais pelo modelo econômico vigente e de se

⁴ MURPHY, R. **Rationality and Nature**. Boulder, CO: Westview Press, 1994.

⁵ NEWELL, P. **Race, class and the global politics of environmental inequality**. Global Environmental Politics, v. 5, n. 3, p.71 – 94, Aug. 2005.

construir um mundo que alie desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Alguns desses debates perdem força com tímidas e acrílicas propostas como “plante uma árvore” ou “economize água”, tendo em vista que os problemas ambientais estão aparelhados no nosso modelo de sociedade e exigem um pensamento mais complexo para solucioná-los.

O desenvolvimento da sociedade foi interpretado por muito tempo, e é até hoje, de forma mecanicista, e associado ao crescimento econômico, que “confunde riqueza com a sua expressão simbólica, o dinheiro” (GONÇALVES, 2011, p. 55). No entanto, o crescimento quantitativo não se sustenta quando pensamos ecologicamente. Sachs (2007) afirma que para haver, de fato, um desenvolvimento sustentável, é preciso questionar os padrões atuais de distribuição de poder, e é preciso que não haja guerras, violência e totalitarismo. Para ele, a solução de uma sustentabilidade social e ecológica se dá a partir de um “desenvolvimento integral”, entendido como:

(...) um produto intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levar uma vida plena e gratificante, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos. (SACHS, 2007, p. 293).

Ou seja, para um desenvolvimento integral, é preciso assegurar os valores primordiais de equidade social e democracia plena, superar o hiperconsumo e o subconsumo, assim como superar o hiperdesenvolvimento e subdesenvolvimento. Devemos abandonar a ideia de que desenvolver é se equiparar aos padrões de consumo do Norte, e abraçar a nossa cultura, o saber popular, a política no sentido mais profundo, e cultivar valores como solidariedade, generosidade e liberdade. Em 2013, José Mujica, ex-presidente do Uruguai, afirmou, em um discurso na Organização das Nações Unidas (ONU)⁶, que: “nem os Estados nacionais grandes, nem as transnacionais e muito menos o sistema financeiro deveriam governar o mundo humano. Sim, a alta política entrelaçada com a sabedoria científica, ali está a fonte”. O determinante deve ser, portanto, a vida, e não a acumulação.

⁶ Discurso realizado durante a 68ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, no dia 24 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ocIBIngXm3g>>

1.2 O caso do Mineroduto da *Ferrous Resources*, licenciamento ambiental e o processo de resistência popular

O Brasil, enquanto país rico em recursos naturais, se torna cenário de inúmeros conflitos ambientais. A intensificação dos investimentos na indústria de base – siderurgia, hidrelétrica, petróleo, gás, mineração – e seus gigantes empreendimentos, movimentam um grande contingente de recursos, capital e mão-de-obra e produzem transformações expressivas nos territórios físicos e sociais onde são instalados. No intuito de frear a aceleração dos efeitos adversos do “desenvolvimento” e impor mecanismos de prevenção de problemas sociais e ambientais, são adotadas diretrizes e políticas de regulamentação dessas atividades. Tomamos como estudo a problemática em torno da atuação da empresa *Ferrous Resources do Brasil* na tentativa de implantação de um de seus empreendimentos – o mineroduto - em Viçosa, Minas Gerais, e região.

Fundada em 2007, a *Ferrous* é uma mineradora de capital norte americano, inglês e australiano, sediada em Belo Horizonte - MG. A empresa extrai e beneficia minério de ferro nas minas Viga, em Congonhas, Esperança, em Brumadinho, e Santanense, em Itatiaiuçu, todas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. A empresa também possui ativos minerários nos municípios de Brumadinho e Itabirito, em Minas Gerais; e em Jacuípe, na Bahia. Além das operações e projetos de mineração, a *Ferrous* possui um projeto de logística integrada que engloba a construção de um mineroduto e terminal portuário próprios (SITE DA FERROUS, 2016).

O projeto de mineroduto da *Ferrous* ligará a mina Viga ao terminal portuário em Presidente Kennedy, litoral sul do Espírito Santo, totalizando 480 quilômetros de extensão. O duto de condução atravessará 22 municípios, sendo 17 em Minas Gerais, três no Rio de Janeiro e dois no Espírito Santo. A capacidade de transporte é de 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano na primeira fase, podendo expandir para 50 milhões de toneladas de minério anuais na segunda fase (SITE DA FERROUS, 2016). Para o transporte do minério será necessária a captação de água, retirada prevista do rio Paraopeba, em Congonhas, manancial fundamental para o abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte. A captação é de cerca de 3.400m³/hora, e equivale a 1/3 do conteúdo transportado, sendo o restante de polpa de minério. (BRANDT Meio Ambiente, EIA – Parte I, p.9 apud AGB, 2012, p.7).

Para a implementação de empreendimentos como este, a legislação ambiental prevê a aplicação do licenciamento ambiental pelo órgão competente. Se tratando de um projeto de dimensão nacional ou regional, como o caso do mineroduto da *Ferrous*, é estabelecida essa

autoridade ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O processo de licenciamento ambiental é definido de acordo com o artigo 1º, inciso I, da Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997, como:

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras; ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997).

Esse instrumento configura uma das interfaces da relação público/privado na gestão ambiental, de tal modo a favorecer a condução das políticas públicas em meio ambiente. Assume importância na busca do desenvolvimento sustentável, visando o equilíbrio entre a ação econômica do homem e o meio ambiente onde se insere. No entanto, o licenciamento ambiental não isenta o empreendedor da obtenção de outras licenças legalmente exigíveis, conforme determinado na Lei nº 6.938/81, no seu artigo 10º, com a redação dada pela Lei nº 7.804/89 (FIRJAN, 2004, p. 7).

O licenciamento ambiental é dividido em três fases: deflagratória, na qual o interessado requer a licença; instrutória, em que são realizadas as colheitas de elementos que irão subsidiar a decisão administrativa; decisória - em que é deferida ou não a licença. Dentro de cada etapa do processo é requerida uma licença adequada. No planejamento de um empreendimento, a licença prévia (LP); na construção da obra, a licença de instalação (LI) e, na operação ou funcionamento, a licença de operação (LO). (TCU. IBAMA, 2004, p. 12).

A *Ferrous Resources do Brasil* inicia as visitas aos trechos propostos para construção do mineroduto em 2008. Após solicitada a licença prévia ao IBAMA, a empresa inicia a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, que deve seguir, na íntegra, o que estabelecem os termos de referência definidos pelo órgão ambiental, relacionando os documentos necessários à solicitação da LP, com as devidas especificações do conteúdo. Os Estudos de Impactos Ambientais têm sua regulamentação apresentada na Res. nº 1, de 23 de janeiro de 1986 do CONAMA, sob acordo de:

Art. 2º e 3º - Dependerá de elaboração de EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente (ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA - no caso

de atividades de competência federal, por lei), o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente (CONAMA, 1986, p. 636).

Segundo a Resolução, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar de profissionais legalmente habilitados, obedecendo às diretrizes gerais seguintes: (1) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; (2) identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; (3) definir os limites da área de influência do projeto; (4) considerar os planos e programas governamentais postos em implantação e operação na área de influência do projeto e sua compatibilidade.

Além do EIA, documento extenso redigido em linguagem técnica com elevado nível de detalhamento, também deve ser elaborado o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), de linguagem mais acessível, com o objetivo de atender à demanda da sociedade por informações a respeito do empreendimento e de seus impactos.

No segundo semestre de 2009, a *Ferrous* obteve a outorga de direito de uso de água para o mineroduto e, no ano seguinte, é adquirido um decreto dos governos de Estado, declarando todas as porções de terra para os estudos, a instalação e para as obras do mineroduto sendo de utilidade pública.

Declara de utilidade pública, para desapropriação, constituição de servidão administrativa e ocupação temporária, terrenos situados nos Municípios que menciona, necessários à construção do Mineroduto Ferrous, bem como de suas instalações complementares, e dá outras providências (MINAS GERAIS, 2010, p. 2⁷).

Este decreto foi publicado e validado em maio de 2010, autorizando as desapropriações para as obras da empresa, sendo que o EIA/RIMA do mineroduto foi protocolado pelo IBAMA um mês depois e a Licença Prévia (LP – n°409/2011) emitida apenas em 22 de junho de 2011. A partir da concessão dessa primeira licença a empresa tem a permissão para iniciar o processo de negociação com os atingidos dos terrenos que fazem parte do trajeto do mineroduto.

Segundo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), impactos ambientais são definidos como:

⁷ MINAS GERAIS, Decreto s/n. de utilidade pública, publicação - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 21/05/2010 pg. 2 col. 2. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/7454569/pg-2-executivo-diario-oficial-do-estado-de-minas-gerais-doemg-de-21-05-2010>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

[...] toda alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades que, direta ou indiretamente afetam a saúde, o bem-estar da população e a qualidade do meio ambiente (CONAMA, 1986⁸ apud AGB Seção Viçosa-MG, 2012, p. 22).

A *Ferrous Resources*, durante todo o processo de licenciamento, manteve um discurso de sustentabilidade ambiental, alegando que o projeto do mineroduto condizia com as normas ambientais aplicáveis e as solicitações do órgão responsável (PASINI; OLIVEIRA; FONSECA, 2013). Em um relatório da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), entidade de caráter científico, realizado no ano de 2012 pela Seção de Viçosa-MG, os autores do estudo explicam que, a fim de minimizar os impactos socioambientais em áreas urbanas, a empresa traçou o percurso do projeto em áreas rurais dos municípios afetados, as quais seriam, na visão urbana industrial do espaço, vazias em termos geográficos, economicamente atrasadas e pouco produtivas. Podemos perceber, então, que a concepção do empreendedor desconsidera as atividades econômicas locais de comunidades que usam, prioritariamente, a terra como meio de subsistência, muitas vezes por meio da agricultura familiar, assim como a forte atividade da bacia leiteira dentro do estado de Minas Gerais (AGB Seção Viçosa-MG, 2012). Para Oliveira (2014, p. 121), “a leitura que se faz é que moram na região famílias em terras improdutivas e que praticam agricultura de forma irrisória”.

Contradizendo o discurso da empresa, o projeto do mineroduto seria de grande impacto ambiental e social na microrregião de Viçosa, colocando em risco nascentes - que sofreriam degradação com o tempo e até poderiam desaparecer - mananciais, e então, o abastecimento de água da cidade, além dos danos ao próprio ecossistema local (PASINI; OLIVEIRA; FONSECA, 2013).

As nascentes, segundo o Código Florestal Nacional, são consideradas áreas de preservação permanente. No entanto, consta também no código que se uma obra ou empreendimento for considerado de utilidade pública ou de interesse social, esta área está autorizada a sofrer a tal degradação, sendo o órgão ambiental o responsável pela autorização (BRANDT Meio Ambiente, 2010(a), p. 162⁹ apud PASINI, OLIVEIRA, FONSECA, 2013, p. 137)

⁸ Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 01/86, art. 1º.

⁹ Estudo de impactos Ambientais realizado pela BRANDT Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Dutos/Mineroduto/Mineroduto%20Ferrous%20-%20julho%202010/>.

Podemos ver que existe um conflito de interesses quando tratamos de “utilidade pública”, já que essa expressão abre brechas para várias interpretações. A cidade de Viçosa tem como fonte de fornecimento de água o Rio Turvo Sujo, responsável por 35% do abastecimento municipal, enquanto o Ribeirão São Bartolomeu é responsável por 65% do abastecimento da cidade e 100% da Universidade Federal de Viçosa. Há anos a cidade sofre com a falta de água nos bairros mais altos, mesmo fora do período de estiagem, e precisa muitas vezes se utilizar de caminhões pipa para cumprir com o abastecimento. Justamente as nascentes e cursos de água dos principais rios tributários seriam as atingidas pelo mineroduto (AGB Seção Viçosa-MG, 2012).

No Estudo de Impactos Ambientais feito pela empresa (BRANDT Meio Ambiente, 2010 apud PASINI; OLIVEIRA; FONSECA, 2013), consta que existem quatro nascentes na área do mineroduto e mais 26 no que é chamado de “faixa de servidão”, ou seja, a área de até 50 metros do trajeto, totalizando, portanto, em 30 nascentes. No entanto, o estudo da AGB (2012) comprovou que 60 nascentes seriam impactadas durante todo o trajeto regional, considerando a faixa de servidão. Durante a construção da obra ocorreriam escavações e movimentações de terra, carregando sedimentos para os corpos de água, o que acarretaria no assoreamento, e no então encarecimento de tratamento de água. As nascentes impactadas, cujo curso de água irriga as culturas agrícolas locais, poderiam causar mudanças na própria economia local. Além desses impactos, deslocamento da fauna, desmatamento, implosão de morros e processos erosivos poderiam ocorrer devido às atividades de construção do projeto na região, alterando toda a dinâmica geomorfológica e pedológica (PASINI; OLIVEIRA; FONSECA, 2013).

Durante todo o processo de negociação da empresa com os moradores atingidos, foi possível perceber uma assimetria de poder entre as partes envolvidas. O Estudo de Impactos Ambientais contabiliza 122.219 pessoas diretamente afetadas na microrregião de Viçosa, nas diferentes fases de execução do produto (CASTRO e OTÁVIO, 2010 apud SOUSA; OLIVEIRA; FONSECA, 2013), com desapropriações fundiárias e expropriações, impossibilidade do uso do solo e até mesmo atividades agropecuárias. Os moradores relataram a falta de comunicação e comprometimento da empresa nos repasses sobre a obra, questões jurídicas e valores indenizatórios, sendo que muitos foram tratados de forma diferenciada, de acordo com o gênero, grau de escolaridade e classe social.

Percebemos que em Viçosa a relação da empresa com os moradores varia de acordo com o caso. Por exemplo, se o ameaçado tiver instrução formal de

nível superior e for trabalhador urbano ou de uma universidade, o tratamento pela empresa se dá com extrema cautela, averiguando todas as pendências e indenizações para que o processo transcorra da maneira mais “normal” possível. Por outro lado, se o ameaçado se tratar de uma mulher, viúva, sem instrução formal e agricultora a forma da empresa lidar muda completamente. Isto é, nesse caso a empresa não objetiva negociações, mas sim imposições de valores indenizatórios e, para isso, traz um arsenal técnico profissional para fazer o trabalho de convencimento da ameaçada em aceitar o valor irrisório pago pela sua propriedade (AGB Seção Viçosa-MG, 2012, p. 12).

Alguns casos de invasão de propriedade foram relatados, principalmente no que diz respeito à instalação de placas demarcando a faixa de servidão do mineroduto e à medição dos terrenos, realizada sem o conhecimento e consentimento dos moradores sobre o projeto (AGB Seção Viçosa-MG, 2012). As indenizações foram calculadas com valores inferiores às propriedades, baseadas no tamanho dos imóveis, sem levar em consideração a localização e os devidos valores culturais (SOUSA; OLIVEIRA; FONSECA, 2013). Em uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB, 2012), foi comprovado que alguns valores indenizatórios superavam em até 350% aqueles que foram oferecidos pela *Ferrous*. Dessa forma, além dos proprietários serem prejudicados, trabalhadores meeiros, parceiros ou funcionários que vivem da terra como forma de sustento, não teriam direito algum de serem ressarcidos pela empresa, uma vez que não são considerados como atingidos (AGB Seção Viçosa-MG, 2012).

Além das questões de cunho ambiental, é preciso levar em consideração outras mudanças que ocorreriam na qualidade de vida dos moradores atingidos, já que grande parte deles possuem fortes laços com a terra e comunidade que vivem. Viver bem, em um ambiente tranquilo e com alimentos saudáveis, produzidos por eles mesmos, foram algumas das pontuações feitas pelos atingidos sobre o que eles entendiam por “qualidade de vida” (GONÇALVES, 2016). No entanto, casos de adoecimentos de pessoas idosas e aumento de pressão foram relatados por eles, que se sentiram psicologicamente pressionados durante as negociações com a empresa. Alguns desses moradores lamentaram pelas perdas simbólicas ocasionadas pelo mineroduto, já que muitas das propriedades são bens passados de geração em geração, e geram forte sentimento de pertencimento e identidade social.

Desse modo, podemos concluir que, tendo em vista a complexidade referente aos impactos socioambientais causados pelo mineroduto da *Ferrous*, a empresa se mostrou autoritária em diversos momentos com as comunidades atingidas, assim como irresponsável nos estudos e análises para a implementação do projeto, ocasionando, assim, em violações de direitos de diversas ordens.

Em *Escritos Políticos*, Gramsci disse que:

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI, 2004, p. 56-61¹⁰ apud MORAES, 2010, p.56)

Dentro deste cenário apresentado, surge então a resistência documentada no produto final deste trabalho. Foi instaurado um conflito de interesses e de discursos entre diferentes segmentos sociais e a mineradora *Ferrous Resources*, e conseqüentemente, uma luta simbólica na qual cada lado buscou legitimar sua racionalidade a partir de seu próprio campo de valores. A resistência contra a implantação do mineroduto foi organizada na Zona da Mata mineira por diversos atores sociais, direta e indiretamente envolvidos, organizações populares e movimentos sociais¹¹, que se articularam em rede, com a criação da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*, em 2012, atuando nas cidades atingidas e ganhando força principalmente em Viçosa, devido a possibilidade de comprometimento do abastecimento de água no município.

Os agentes da campanha realizaram reuniões para debater entre si e com a população as inúmeras problemáticas envolvidas no conflito em questão, como relatamos acima. Fazendo uso de metodologias populares, o trabalho de base foi estruturado instigando a “participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais” (PERUZZO, 2006, p. 10), ou seja, estimulando o empoderamento dos atingidos para lutar por seus direitos. Dessa forma, foi desenvolvido um trabalho social-educativo, promovendo espaços de discussão e formação, trazendo informações que foram privadas pela própria empresa em seus estudos e no contato direto com os atingidos, desconstruindo a ideia de desenvolvimento sustentável pregada pela *Ferrous*. Também foram realizadas visitas às escolas, confecção e distribuição de materiais tratando do tema, participação em meios de comunicação locais, marchas e atos públicos nas cidades atingidas da região, a fim de envolver toda sociedade no processo de mobilização.

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1 (1910-1920)

¹¹ Esse processo de resistência foi iniciado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) e a Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBIO), com adesão de outras organizações como o Levante Popular da Juventude, Associação dos Moradores do Palmital, Associação dos Moradores do Bairro Santa Clara, Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Articulação Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais (ANECS), Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Viçosa (AGB), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Grupo de Diversidade Sexual Primavera nos Dentes, entre outros.

Reconhecida a situação de injustiça ambiental e dada a aparente assimetria de condições entre empreendedora e populações afetadas, buscou-se efetivar o enfrentamento por meio de ações que incidissem diretamente no trâmite institucional referente à implantação do mineroduto. Para isso, os agentes da campanha acompanharam o processo de licenciamento ambiental do empreendimento, para fiscalizar e denunciar todas as irregularidades cometidas pela empresa.

O primeiro passo foi a instauração de um Inquérito Civil MPMG nº 0713.12.000149-8, no Ministério Público Estadual, comarca Viçosa, em maio de 2012, como forma de denúncia das violações de direitos humanos dos atingidos. Órgãos civis e acadêmicos vinculados à Universidade Federal de Viçosa¹² realizaram a análise dos estudos ambientais apresentados pela empresa, comprovando cientificamente as inconsistências e fragilidades das informações oficiais apresentadas. Dessa maneira, torna-se questionável a obtenção da Licença Prévia concedida pelo IBAMA, sendo essa baseada no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento. No ano de 2013, foi dada entrada em uma Ação Civil Pública (ACP)¹³ na Justiça Federal, Subseção Judiciária de Viçosa, exigindo a revogação da Licença Prévia e o cancelamento do processo de licenciamento (SANTOS; OLIVEIRA, 2016). Em 2014, os agentes da campanha pressionaram as prefeituras para um posicionamento contrário ao mineroduto, conseguindo derrubar duas cartas de anuência, dos municípios de Viçosa (MG) e Paula Cândido (MG). Estas são condicionantes impostas pelo IBAMA para concessão da Licença de Instalação, alegando que o empreendimento está em conformidade com a lei de uso e ocupação do solo do município. No início de 2016, durante uma audiência da Ação Civil Pública, a *Ferrous* foi comprometida a apresentar com antecedência de 60 dias do vencimento da Licença Prévia o interesse no requerimento da Licença de Instalação. A empresa não realizou a complementação de informações no Plano Básico Ambiental exigidas pelo IBAMA e não obteve as documentações necessárias para a obtenção da Licença de Instalação dentro do prazo. Diante disso, em julho de 2016, a *Ferrous* anunciou nos autos da Ação Civil Pública que não havia mais a necessidade de manter aberto o processo judicial em questão.

A conjuntura econômica desfavorável para mineradoras de ferro, agravante para aquelas que, como a *Ferrous*, não possuem sistema próprio de transporte e escoação da produção, foi um dos motivos apresentados pela empresa para tal decisão. No entanto, destaca-se a

¹² Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Viçosa (AGB- Viçosa); o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) e a Divisão de Água e Esgoto da UFV

¹³ Autuada sob o número 872-70.2013.4.01.3823, ajuizada em 18 de março de 2013 pela associação civil sem fins lucrativos Instituto Universo Cidadão.

importância das ações guiadas pela articulação da resistência contra a implantação do mineroduto, tanto no empoderamento das classes atingidas e mobilização para o enfrentamento, quanto na redução da desigualdade de poder e combate das injustiças ambientais questionadas. Mesmo com a considerada “vitória” da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*, o combate a esse modelo exploratório de mineração e desenvolvimento capitalista é contínuo. Um dos maiores desafios na luta por equidade ambiental é evitar que as injustiças ambientais sejam exportadas, em decorrência da mobilidade do capital, para regiões mais vulneráveis, onde a organização política e mobilização social são mais incipiente ou mesmo ausente. (ACSERALD, 2004, p.32¹⁴ apud SANTOS; OLIVEIRA, 2016, p. 1064).

1.3 Jornalismo ambiental e a mídia hegemônica

Para desenvolvermos a discussão acerca do jornalismo ambiental nos meios de comunicação brasileiros, utilizaremos o conceito de hegemonia a partir da visão teórica do filósofo marxista Antonio Gramsci. A contemporaneidade nos traz diversas disputas de sentidos e de poder, que são diretamente refletidas nas mídias e nos mais diversos meios de comunicação. Para Gramsci,

[...] a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política (MORAES, 2010, p. 54).

Entendemos por hegemonia, então, a supremacia de um grupo social, que congrega a estrutura econômica, a organização política e questões de caráter ético-culturais, a fim de liderar um bloco histórico e criar uma vontade coletiva para se manter no poder. Para isso, o grupo social hegemônico se utiliza de estratégias de domínio, argumentação e persuasão, impedindo que o contraste entre as diversas forças exploda e resulte em uma crise ideológica dominante (GRUPPI, 1978¹⁵ apud MORAES, 2010).

Gramsci divide as estruturas sociais existentes em “sociedade política” - aquela em que se encontra o aparelho de coerção estatal, responsável pela imposição fundada na coerção - e em “sociedade civil”, formada pelo conjunto de instituições que, a partir do consenso e da

¹⁴ ACSERALD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri et al. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.

¹⁵ GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

direção, elaboram e propagam ideologias. Para Gramsci, a sociedade civil é uma “arena de luta de classes”, disputas de sentido e relações de poder, constituída por contradições entre os grupos sociais (MORAES, 2010, p. 58). É nessa estrutura em que os meios de comunicação se encontram.

Os meios de comunicação social podem ser autônomos ao Estado dominante, mas são capazes de “somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições”, tornando-se agentes da hegemonia, e, dessa forma, consolidando apoios na sociedade civil (MORAES, 2010, p. 59). A imprensa tem a condição privilegiada de distribuir conteúdo e conhecimentos, mas a partir do momento em que ela é submetida a instituições e elites hegemônicas, para garantir a centralização, monopólio de emissão e rentabilidade, torna-se uma organização material que reforça e reproduz todo tipo de opressão operada pela classe dominante (MORAES, 2010). Dessa forma,

O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais (MORAES, 2010, p. 68).

A partir da conceituação dos meios de comunicação hegemônicos, é possível traçar uma análise crítica interpretativa dos conflitos ambientais pautados pela mídia brasileira. A partir dos anos 1990 (mais especificamente da Eco-92¹⁶), com a percepção de que se era necessário repensar no modelo de desenvolvimento predatório em âmbito mundial, tornou-se necessário e relevante debater assuntos ambientais nos meios de comunicação. Tendo a mídia capacidade de grande alcance dos grupos sociais, ela ocupa papel de destaque na divulgação das questões ambientais, tornando-se mediadora ou até mesmo o espaço em si que essas discussões ocorrem (MEDEIROS, 2012; CERVI, MASSUCHIN, BRONOSKI, 2010). Bueno destaca como funções básicas do jornalismo ambiental:

[...] a função informativa, que tem o objetivo de manter os cidadãos atualizados sobre os temas relacionados ao meio ambiente, a função pedagógica, que tem o intuito de explicar as causas e soluções para a crise ambiental, indicando caminhos que pressuponham a participação dos cidadãos, e a função política, que visa mobilizar o cidadão para fazer frente aos interesses por trás do agravamento da crise, bem como vigiar as ações dos

¹⁶ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Rio-92), realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

governantes para que os mesmos promovam ações contra a degradação ambiental (BUENO, 2017, p. 36¹⁷ apud MEDEIROS, 2012, p. 45).

No entanto, observa-se que a cobertura ambiental nos meios de comunicação hegemônicos é “fragmentada, descontextualizada e imprecisa”, seja pela falta de profissionais capacitados para a cobertura complexa e aprofundada que essa temática requer, como também pela influência que as empresas que impactam o meio ambiente exercem sobre os veículos mais tradicionais (BUENO, 2017, p. 26). Em uma pesquisa de análise dos textos sobre a temática meio ambiente, publicados entre os anos 1992 e 2008 pela *Folha de São Paulo* (o jornal impresso mais vendido e de maior circulação nacional), Cervi, Massuchin e Bronoski (2010) constataram a predominante abordagem factual dos textos. Das 783 entradas sobre meio ambiente, 40,7% aparecem sem fontes, e a grande maioria dos entrevistados são fontes oficiais, ou seja, representam o poder público, alguma instituição, ou são cientistas especializados. Dessa forma, diversos agentes sociais que podem estar diretamente envolvidos com o tema, sejam comunidades atingidas por atividades exploratórias, ONGs e movimentos sociais que lutam pela preservação do meio ambiente, ou mesmo a população civil em geral, são deixados de lado, mostrando uma clara centralização das fontes. Assim, não há confronto de informações, impossibilitando a verificação da informação e pluralidade de opiniões, o que contradiz o “jornalismo especializado” pelo qual o veículo defende.

Em uma análise da cobertura do *Jornal Nacional*, transmitido pela *Rede Globo*, sobre o rompimento da barragem de Mariana em 2015 (de responsabilidade da empresa *Samarco Mineradora*), Feitosa e Alves (2017) observaram rituais estratégicos de emocionalidade nas reportagens realizadas, enquadrando o tema como “acidente” e se utilizando de tons emotivos na narrativa. Para os autores, no contexto mercadológico, o jornalismo busca muitas vezes, através dos enquadramentos e da estética, dramatizar o discurso com a finalidade de capturar audiência. Vale lembrar também que a *Samarco Mineradora* é de propriedade da *BHP Billinton* e da *Vale do Rio Doce*, uma das maiores anunciantes do grupo *Globo*. Após um mês do acontecimento, quando já haviam laudos do Ministério Público comprovando a previsibilidade do rompimento, a reportagem exibida na edição do *Jornal Nacional* mantém a angulação com tons emotivos de saudade, enquanto poderia questionar a responsabilidade dos órgãos ambientais e empresas privadas envolvidas (FEITOSA e ALVES, 2017).

¹⁷ BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 15, p.33-44, jan./jun. 2007.

O jornalismo, a partir do papel de difusor das informações, se torna uma construção social da realidade e é através do seu discurso - em que não apenas o que é dito, mas aquilo que também não é dito – são delimitadas as relações de poder (MEDEIROS, 2012). A espetacularização das notícias ambientais e a falta de comprometimento com a representação da sociedade civil, produtos de veículos hegemônicos alinhados aos interesses capitalistas, nos fazem compreender a necessidade de se criar um jornalismo ambiental mais especializado.

Esse jornalismo deve corresponder aos interesses públicos e se apropriar de conceitos do pensamento complexo e humanizado e da visão sistêmica (CERVI; MASSUCHIN; BRONOSKI, 2010), através da multidisciplinaridade que o tema requer, “para democratizar a comunicação e propor ao público reflexão sobre a importância da preservação do meio ambiente para todas as formas de vida” (STEIGLEDER, 2012). O jornalismo se originou de uma necessidade social de expressar-se ideologicamente, e é, portanto, um serviço público que tem como responsabilidade a manutenção da democracia e da liberdade, possibilitando trocas de opiniões entre os diferentes grupos sociais (LAGE, 2001¹⁸; TRAQUINA, 2004¹⁹ apud STEIGLEDER, 2012).

1.4 Documentário como mobilizador social: por uma outra comunicação

Durante o período de censura militar, na década de 1960, documentários modernos e elaborados sob a crença de que o cinema é capaz de transformar a realidade social ganharam força produtiva no Brasil. Cineastas como Glauber Rocha e Eduardo Coutinho revolucionaram o cinema brasileiro, se utilizando de temáticas de denúncia das mais diversas questões sociais, e que até hoje são resgatadas como característica das obras contemporâneas.

O vídeo-documentário é um produto de linguagem cinematográfica, que possibilita empatia e reflexões complexas e que incentiva o diálogo entre realidades e experiências sobre determinados temas. O documentarista soviético Dziga Vertov “acreditava que a câmera era capaz de revelar um nível mais profundo de verdade” (ZANDONADE e FAGUNDES, 2003, p. 19). Assim, podemos entender que o gênero se aproxima do jornalismo pelo discurso da realidade, mas dá ao jornalista maior liberdade para interpretar aquilo que vê, possibilitando, então, o desenvolvimento de uma atuação interpretativa da questão ali colocada, e o desencadeamento de avanços sociais relativos a ela.

¹⁸ LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

¹⁹ TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Zandonade e Fagundes (2003) apresentam qualidades significativas do gênero documentário que possibilitam o despertar de mobilizações sociais. O retrato da vida real construído a partir de pesquisa científica e/ou jornalística, com maior disponibilidade de tempo para desenvolvimento do assunto apresentado, tanto na produção quanto para exibição, aprecia fatos individuais e peculiares. O caráter interpretativo do gênero favorece a transformação de concepções pré-determinadas, tornando-o “uma poderosa ferramenta educacional, não só na transmissão do conhecimento como na formação da consciência crítica e fomentação de reflexão a respeito dos temas que apresenta” (BAROUKH, 2002, p.111 apud ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 41). A contextualização dos fatos deve ressaltar valores da comunidade retratada, promovendo a integração e cooperação entre eles, podendo assim impulsionar o desenvolvimento cultural.

Dessa forma, entende-se que o vídeo documentário deve, além de estabelecer ligações entre os assuntos retratados e o mundo em que os espectadores estão inseridos, valorizar os indivíduos em suas potencialidades e capacidades de construção pessoal. Com isso, acredita-se que possa ser possível o surgimento de comunidades valorizadas, que acreditem na força da participação de todos em busca de um bem comum. (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 44)

O documentário como instrumento capaz de aprofundar discussões sociais que são veiculadas sem profundidade nas mídias hegemônicas pode tornar-se, então, um meio de comunicação alternativo contra-hegemônico. Nesse sentido, considera-se como “comunicação alternativa contra-hegemonica toda aquela que se opõe e, logo, se diferencia da mídia hegemônica, como propostas de comunicação comunitária, popular, livre, etc” (MEDEIROS, 2015, p. 831). Podemos observar a multiplicação desses espaços democráticos com a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitam o exercício de uma cidadania comunicativa, ou seja, a “democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais” (COGO, 2012²⁰ apud MEDEIROS, 2015, p. 834).

Consideramos que, para o exercício pleno da cidadania, o direito à comunicação deve estar no mesmo nível dos demais direitos, contribuindo nos “processos de conhecimento, organização e ação com vistas a assegurar o cumprimento de todos os direitos humanos”

²⁰ COGO, Denise (Org.), & ELHAJJI, Mohamed (Org.), & HUERTAS, Amparo (Org.), (2012). Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales. 1. ed. Barcelona: Institut de la Comunicació (InCom-UAB). V.1. 528p.

(PERUZZO, 2013, p. 169). Sendo assim, destaca-se a importância da luta pela democratização dos meios de comunicação, sendo necessária para vida democrática da própria sociedade.

CAPÍTULO 2 – RELATÓRIO TÉCNICO

A produção do vídeo-documentário teve início no ano de 2016, durante a elaboração do projeto de pesquisa na disciplina COM 390 – Projeto da Comunicação. Ao longo do curso de Comunicação Social - Jornalismo, acompanhamos algumas mobilizações da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*, seja em pautas para disciplinas práticas, ou apenas participando de espaços de debate. Com isso, surgiu o desejo de explorar mais a fundo essa história e aproveitamos a oportunidade do trabalho de conclusão de curso para colocar em prática duas coisas que amamos: audiovisual e militância política.

De início, a intenção do nosso projeto era narrar, a partir do olhar dos atores atingidos na microrregião de Viçosa - MG, todas as problemáticas acerca da implantação do mineroduto da *Ferrous*, no sentido de denunciar a forma como estavam ocorrendo as desapropriações e as inúmeras violações de direitos durante todo o processo de licenciamento ambiental. No entanto, no mês de julho de 2016, a empresa não entregou os documentos necessários para dar continuidade ao processo de licenciamento e, dessa forma, ele foi interrompido. Então, vimos na vitória do movimento popular uma grande oportunidade para criar um produto que servisse de incentivo à mobilização social para outras pessoas que fossem também, direta ou indiretamente, atingidas pelo modelo de mineração vigente no país.

Delimitamos o recorte geográfico à cidade de Viçosa e microrregião, primeiramente pela falta de recursos financeiros para viagens e também porque o processo de resistência contra o mineroduto se deu de forma mais intensa e centralizada nesses lugares, o que nos facilitou o contato com as fontes dos diversos grupos sociais que estiveram envolvidos.

Queríamos garantir que o documentário fosse instrutivo e didático para cumprir com o objetivo de mobilização social do público alvo, ao mesmo tempo que percebemos a necessidade de que nosso produto explicasse todas as etapas do licenciamento ambiental e das ações da resistência, para o entendimento contextual da complexidade da luta popular da *Campanha*, levando em conta as problemáticas dos órgãos públicos e governamentais responsáveis, assim como o modelo de exploração de minérios proposto pelas empresas privadas. Dessa forma, decidimos pela realização de duas versões do vídeo-documentário: um curta metragem de até 30 minutos, com caráter explicativo e didático, a fim de ser usado em espaços de formação e debates, e um longa-metragem, que possa de fato perpassar por todos os aspectos jurídicos e organizacionais, assim como servir de documentação histórica da *Campanha* e oferecer um tempo maior para as narrações dos atingidos pelo mineroduto da *Ferrous*. A primeira versão

será a defendida na banca enquanto trabalho de conclusão de curso, e a segunda será produzida no decorrer do próximo semestre, dando continuidade em nossa imersão e vivências dentro da temática. Frisamos a importância do curta-metragem como instrumento de agitação e mobilização social, já que foi visto por muitos dos nossos entrevistados como uma necessária contribuição para dar continuidade às atividades da *Campanha*. Os vídeos-documentário ainda são produtos audiovisuais elitizados no nosso país, e ganham pouca visibilidade nos meios de comunicação hegemônicos (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003). Tendo em vista o dinamismo que o curta-metragem pode oferecer, além de uma linguagem mais popular, acreditamos que ele vá cumprir com o caráter mobilizador, passando uma mensagem importante em poucos minutos, e assim tornando-se um produto de maior acessibilidade.

As etapas de produção do vídeo-documentário ocorreram com uma grande flexibilidade, já que acompanhamos as atividades da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* desde a conclusão do projeto de pesquisa até os dias próximos à defesa do presente trabalho, de julho de 2016 a junho de 2017. Ao mesmo tempo em que estávamos fazendo a pesquisa de materiais de arquivos, ou entrando em contato e marcando as pré-entrevistas com as possíveis fontes, íamos cobrir atos e participar de reuniões promovidas pela *Campanha*.

As reuniões de orientação do trabalho foram realizadas durante todas as etapas de produção, primeiramente em agosto de 2016, e em seguida nos meses de março, abril e junho de 2017. Nelas foram indicadas referências bibliográficas, como também estabelecida a divisão dos capítulos do memorial e a delimitação dos prazos para realização das atividades. A partir das orientações, demos início às leituras do referencial teórico. Como decidimos pela escrita de um memorial, a fim de abranger as questões tanto de ordem teórica do assunto (conflitos ambientais e problemáticas ligadas ao mineroduto da *Ferrous* em Viçosa e região) quanto do produto (jornalismo ambiental, vídeo-documentário enquanto instrumento de mobilização social e alternativas aos meios de comunicação hegemônicos), dividimos os temas entre nós, de forma que sempre debatíamos uma com a outra sobre os textos. Em seguida, já durante a fase de pós-produção do trabalho, traçamos um pequeno roteiro de escrita e, em uma imersão de duas semanas, escrevemos o capítulo teórico e fizemos todas as correções necessárias.

Apesar de termos feito uma divisão mais pontual entre nós para a escrita do memorial, todo o restante do trabalho foi realizado coletivamente, sem delimitações específicas sobre o que cada uma faria.

Dessa forma, iremos explicar a seguir o que foi feito em cada etapa da produção, entendendo que elas não ocorreram separadamente, mas se transpuseram a todo momento.

2.1 Pré-produção

A pré-produção teve início no primeiro período de 2016, com a realização do pré-projeto de trabalho de conclusão de curso e com o primeiro contato com o Luiz Paulo, uma das fontes que iria nos guiar e manter informadas sobre todas as atividades da *Campanha*. Em agosto de 2016, antes mesmo da primeira reunião de orientação do trabalho, ele nos convidou para participar do “Ato em Comemoração do Enterro do Mineroduto”, promovido pela *Campanha*, assim que a *Ferrous* abdicou do processo judicial do empreendimento. Aproveitamos a oportunidade para realizarmos as primeiras filmagens e entrarmos em contatos com as possíveis fontes presentes.

A partir desse primeiro contato, fizemos o levantamento dos atores sociais envolvidos, desde a coordenação da *Campanha*, movimentos sociais e organizações populares, como também dos atingidos. Luiz Paulo, enquanto coordenador da *Campanha*, foi uma das primeiras fontes selecionadas, nos indicando também os representantes de organizações que tiveram uma participação mais significativa, dentro da angulação pretendida em nossa produção, e que ainda estavam presentes em Viçosa ou região, viabilizando assim a realização das entrevistas. Alguns atingidos também foram indicados por Luiz, devido a particularidades em suas relações com a empresa ou com a *Campanha*, enquanto outros surgiram durante o trabalho de base realizado nas comunidades atingidas, prontificando assim seus relatos. Assim, entramos em contato, via *e-mail*, telefone, *Whatsapp* e *Facebook* com as possíveis fontes e marcamos as pré-entrevistas, já mapeando os lugares que seriam feitas as filmagens. Não foi possível realizar pré-entrevistas com todas as fontes do documentário, já que dependemos da disponibilidade das mesmas, e muitas foram surgindo durante a produção.

Quadro 1 – Fontes da versão curta-metragem do documentário *Eu Estou Aqui*

NOME	ATUAÇÃO	LOCAL
José Cassimiro	Atingido pelo mineroduto da <i>Ferrous</i>	Paula Cândido, MG
Jucélia Cassimiro	Atingida pelo mineroduto da <i>Ferrous</i>	Paula Cândido, MG
Iara de Cássia	Participou da <i>Campanha</i> representando o <i>Levante Popular da Juventude</i>	Viçosa, MG
Jean Carlos	Participou da <i>Campanha</i> representando o <i>Levante Popular da Juventude</i>	Viçosa, MG

Lucas Magno	Participou da criação do Relatório de Impactos Socio-ambientais do Mineroduto da <i>Ferrous</i> , pela AGB Seção Viçosa	Comunidade Belizário, Muriaé, MG
Luiz Paulo	Coordenação da <i>Campanha</i> e membro do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)	Viçosa, MG
Patrícia Silva	Atingida pelo mineroduto da <i>Ferrous</i>	Paula Cândido, MG
Marcelo Oliveira	Coordenação do PACAB e publicação de artigos acadêmicos sobre o mineroduto	Viçosa, MG
Juliana Deprá	Participou da <i>Campanha</i> representando a ENEBIO	Viçosa, MG
Francisco de Paula Silva	Atingido pelo mineroduto da <i>Ferrous</i>	Comunidade Palmital, Viçosa, MG
Marques Medici Mateus	Atingido pelo mineroduto da <i>Ferrous</i> e presidência da Associação dos Moradores do Palmital	Comunidade Palmital, Viçosa, MG

Nas pré-entrevistas explicamos todo o projeto às fontes e tiramos dúvidas sobre diversas questões que poderiam nos ajudar a construir o roteiro e o capítulo teórico deste trabalho. Avaliamos quais seriam as contribuições que cada fonte poderia oferecer ao vídeo-documentário, e marcamos, assim, as entrevistas. Para termos uma ferramenta de auxílio nas entrevistas, criamos roteiros que traçavam o perfil das fontes e as perguntas que poderiam ser feitas. Nesse sentido, questionamos quanto a atuação individual e coletiva dos representantes e suas entidades, quanto às metodologias adotadas na construção da *Campanha* e os desafios encontrados no processo de resistência. Já com os atingidos, buscamos deixar o relato mais livre, questionando sobre o contato direto com a empresa, os impactos previstos para suas terras e sobre a participação nas atividades da *Campanha*. Durante todo o processo, fizemos o acompanhamento da agenda de atividades da *Campanha* e demais organizações envolvidas na luta pela soberania popular na mineração na região, a fim de estarmos presentes nos momentos que envolvessem a temática do vídeo-documentário. Não entramos em contato com a empresa porque entendemos que nosso produto é parcial e a narração do mesmo é toda construída sob o ponto de vista dos atores envolvidos na luta social.

Por fim, fizemos o levantamento de arquivos históricos, como fotografias, vídeos, reportagens nos jornais locais e outros meios de comunicação, que poderiam ajudar tanto na nossa compreensão sobre o assunto, como serem utilizados como materiais de *off* no vídeo-documentário.

2.2 Produção

Sérgio Puccini (2009) divide os registros originais de um documentário entre registros de eventos autônomos, ou seja, todo registro de eventos independentes à vontade da produção do filme, como manifestações populares, cerimônias oficiais, atos públicos, entre outros, e registros de eventos integrados, que são exclusivos para a produção do filme, como as entrevistas. A etapa de produção do vídeo-documentário *Eu Estou Aqui* esteve a todo tempo dependente das atividades da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*, que ocorreram durante o período de realização do produto. Por isso, tivemos que nos manter flexíveis quanto às etapas do projeto, não podendo desenvolver, de fato, um roteiro de planejamento de todas as filmagens. Muitas vezes, os registros de eventos autônomos nos obrigavam a adiar atividades de pré-produção e até de pós-produção.

Decidimos usar, como equipamentos na produção, duas câmeras NIKON D3200 (com as lentes 18-105 mm, MICRO 60 mm e 70-300 mm), dois tripés, dois microfones tipo lapela, um *Steadicam* e uma luz de *led*, do Departamento de Comunicação Social da UFV, e uma câmera CANNON T5i pessoal para apoio. Utilizamos também dois blocos individuais para anotações.

Criamos duas metodologias diferentes, uma para as entrevistas e outra para a cobertura de eventos. Como o documentário tem como proposta narrar a vitória da luta popular, pelo olhar dos agentes da *Campanha* e dos diretamente atingidos pelo mineroduto, julgamos que a melhor forma de promover as entrevistas seria o método de “entrevista em profundidade”. De acordo com Duarte (2005), esse método propõe uma maior abertura e liberdade para os entrevistados darem seu depoimento, de acordo com as suas perspectivas e prezando pelo lado sensível das suas vivências, e o entrevistador intervém sempre que for preciso aprofundar o tema. Para essas entrevistas, utilizamos dois diferentes ângulos de câmera, uma principal, com o enquadramento aberto, e outra em *close*, ambas suportadas por tripés. A lapela ficava ligada à câmera principal, para que pudéssemos ajustar o ângulo da câmera em *close*, se fosse preciso. Já na cobertura de eventos, as duas câmeras tiveram suporte manuais, algumas vezes com o *Steadicam*, para

garantirmos maior liberdade nos movimentos. Utilizamos as lentes MICRO para os objetos próximos e a de 300 mm para os objetos de foco à longa distância. Procuramos filmar imagens de *off* que pudessem ilustrar a questão das águas que seriam impactadas, e a tranquilidade da vida rural, como estradas, plantações, animais, lagos, nascentes, torneiras, e assim por diante.

Em julho de 2016, participamos da cobertura da *Mídia Ninja*²¹ na Troca de Saberes, realizada durante a Semana do Fazendeiro, na Universidade Federal de Viçosa. No evento, ocorreram algumas manifestações artísticas em apoio à comunidade de Bento Rodrigues, atingida pelo rompimento da barragem da Samarco, no ano de 2015, e em denúncia ao crime ambiental cometido pela empresa. As manifestações terminaram com um ato intitulado “Água, volta querida!”, em defesa dos mananciais da cidade, e da criação de uma área de preservação ambiental (APA) do Ribeirão São Bartolomeu. Decidimos incluir essas imagens no documentário, já que são de nossa autoria, e ilustram atividades em defesa da água e em protesto à mineração.

A etapa de produção durou 11 meses, de agosto de 2016 a junho de 2017, e como já mencionado, teve início no “Ato de comemoração do enterro do minerotuto”, na Escola Nacional de Energia Popular (ENEP), em Viçosa. Nesse dia, foi lançada a “Jornada de Lutas pela Democracia e Soberania Popular” e pudemos filmar algumas atividades, como por exemplo, o “teatro do oprimido”, que consistia em uma encenação e relato dos pontos marcantes da *Campanha*, incentivando a intervenção dos atingidos durante a narração cronológica dos acontecimentos.

²¹ Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Comunicadores que propõem articulação em rede, dentro da lógica colaborativa, para uma comunicação alternativa ao modelo hegemônico.



Figura 1 – “Teatro do oprimido” durante o ato em comemoração ao “enterro” do mineroduto da *Ferrous*, 2016. Fotografia: Laira Carnelós

Em seguida ao teatro, ocorreu a queimada das placas que delimitavam a “faixa de servidão” do mineroduto da *Ferrous*, retiradas pelos agentes da *Campanha* e jogadas, em um ato simbólico, na fogueira pelos atingidos. Por fim, os presentes partilharam uma “galinhada caipira”, em comemoração à vitória da luta popular. Nos sentimos muito bem acolhidas por todas as pessoas presentes no ato, que já demonstraram interesse e expectativa quanto ao lançamento do documentário. As nossas gravações só voltariam a acontecer no ano de 2017, após um maior planejamento das entrevistas que seriam feitas.

Em março de 2017 retomamos as atividades de produção com a cobertura de duas manifestações públicas. A primeira ocorreu em Viçosa, no Dia Mundial da Água, em que estiveram presentes grupos religiosos locais, moradores da cidade, e alguns estudantes da Universidade Federal de Viçosa. Nesse dia fizemos uma rápida entrevista com uma trabalhadora rural e moradora de uma comunidade quilombola, Maria de Lurdes Mateus, que nos deu um depoimento em apoio à luta de defesa das águas. Já na semana seguinte, fomos para a comunidade de Belizário, em Muriaé, uma região que está sendo fortemente ameaçada pela extração de bauxita, de responsabilidade do Grupo *Votorantim*. Lá pudemos gravar o ato, que contou com a participação de grande parte da comunidade local, em uma caminhada de cerca de 4 quilômetros pela zona rural, terminando com a realização de uma missa em uma das cachoeiras da região. Mesmo que a extração de bauxita não seja objeto de foco do nosso vídeo-

documentário, a resistência da comunidade está sendo apoiada e auxiliada pela *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*. Decidimos, então, incluir essas imagens e uma entrevista feita posteriormente com o Frei Gilberto, franciscano local que foi ameaçado de morte por estar “falando de mineração” nas missas, como extensão do assunto na versão de longa-metragem.

Em seguida, realizamos algumas pré-entrevistas e uma reunião com Pedro Rubens (“Seu Pedro”), representante da Paróquia de Fátima, que pôde nos indicar fontes que poderíamos procurar, além de se oferecer para nos levar em uma reunião na Escola Nacional de Energia Popular (ENEP), na qual seriam discutidas as próximas ações da *Campanha Pelas Águas* em Viçosa. Durante a reunião conseguimos entrar em contato com uma das fontes do *Levante Popular da Juventude* que não havia nos respondido até então, e no já dia seguinte realizamos a entrevista.



Figura 2 – Personagens do Documentário curta-metragem *Eu Estou Aqui*, da esquerda para direita: Marcelo, Paulinho, Patrícia, Jean, Jucélia e José, Luiz, Iara, Xarope, Juliana e Lucas.

As locações das entrevistas foram pensadas de acordo com o significado que cada uma teria para o entrevistado, em relação à participação na *Campanha*. Queríamos, de início, que as fontes do *Levante Popular da Juventude* fossem entrevistadas nos colégios em que foram realizadas as atividades de conscientização e formação sobre o projeto de mineração proposto

para a cidade. Porém, devido a alguns conflitos de horários, tivemos que desmarcar com as diretoras dos colégios e gravar na Universidade. Buscamos, então, locais que de alguma forma pudessem ter significado para o documentário, como a lagoa da UFV e o espaço em que o *Levante* costuma organizar algumas de suas atividades.

Em abril, fizemos uma segunda viagem a Belizário, para uma missa da Campanha da Fraternidade, em apoio à luta contra a extração de bauxita na região. Nesse dia, realizamos duas entrevistas que aparecerão somente no longa-metragem, com um membro da Comissão Pastoral da Terra e com o Frei Gilberto, que citamos acima. Uma terceira entrevista foi feita com um ex-membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que no ano de 2012 ajudou na produção do *Relatório de Impactos Sócio-Ambientais do Mineroduto da Ferrous na Microrregião de Viçosa – MG*.

Logo no dia seguinte, em continuidade às atividades, fizemos uma viagem para o município de Paula Cândido. Todo o nosso transporte foi feito à base de caronas com os membros da *Campanha*, que a todo momento se mostraram solícitos em nos buscar e levar a Viçosa. Em Paula Cândido, integrantes do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) de todo o país fizeram um trabalho de base na casa dos moradores, como também um ato de retirada das placas que delimitavam a “faixa de servidão”, o que nos rendeu imagens importantes para o vídeo-documentário.



Figura 3 – Militantes do MAM em Paula Cândido, 2017. Fotografia: Laira Carnelós

Durante o percurso, realizamos duas entrevistas com atingidos, sendo uma delas com José Vicente e Jucélia, pais de Rosilene, que participou ativamente da *Campanha* e hoje milita no Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, mas que infelizmente será fonte apenas da versão longa-metragem do documentário. Nesse dia, conhecemos integrantes do MAM de

diversas regiões brasileiras, principalmente do estado do Pará, que sofrem com atividades minerárias exploratórias, tornando-se, então, um marco na nossa vivência enquanto documentaristas e futuras jornalistas. A viagem também nos rendeu uma surpresa: “Seu Zito”, um morador local que encontramos no meio da estrada enquanto tocava, em uma flauta de brinquedo, a música “Águia Branca”, e que alegremente nos deixou gravá-lo.



Figura 4 – “Seu Zito” tocando “Águia Branca”. Fotografia: Taiane Souza

No mesmo mês, demos continuidade às entrevistas, com representantes da Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBIO), do *Levante Popular da Juventude* e do Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB), todos envolvidos na *Campanha*. Tivemos também uma reunião com o professor e vereador Idelmino Ronivon, que contribuiu na luta contra o mineroduto na Câmara dos Vereadores de Viçosa, porém julgamos que não seria necessário entrevistá-lo para o curta-metragem. Em maio, entrevistamos o professor Rafael Bastos, especialista no tratamento e qualidade da água em Viçosa, que aparecerá na versão longa-metragem tratando das problemáticas do abastecimento de água na cidade. E, finalmente, o Luiz Paulo, um dos articuladores e coordenadores da *Campanha*, figura carismática que atuou ativamente na mobilização popular, e que atualmente constrói o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. Essa foi uma entrevista mais aprofundada, perpassando por todas as etapas e detalhes dessa história.

Percebemos que ainda era preciso entrevistarmos mais atingidos pelo mineroduto da *Ferrous*. Articulamos então uma visita à comunidade Palmital de Viçosa para conversarmos com os moradores locais. Assim, voltamos no mês seguinte para realizarmos as últimas entrevistas, uma com o “Xarope”, ex-presidente da Associação dos Moradores do Palmital, e

outa com o Paulinho, um morador cuja propriedade tinha sido invadida pelos agentes da empresa, resultando na fuga de sua criação de gado. Ele nos mostrou toda a sua propriedade e nascentes que seriam impactadas. Encerramos, assim, a etapa de produção do vídeo-documentário.

2.3 Pós-produção

Iniciamos a pós-produção com a decupagem, análise e seleção de trechos das entrevistas e restantes materiais gravados. Essa fase demandou um grande período de tempo, já que precisamos cortar importantes explicações sobre o licenciamento ambiental e atividades da Campanha para criarmos o curta-metragem de até 30 minutos, que pudesse ao mesmo tempo ser instrutivo e impactante, mas que não deixasse dúvidas sobre esses temas. Com os trechos selecionados, realizamos a escrita do roteiro, tomando como base o modelo comum aos programas televisivos, pois ele possibilita que o processo de edição seja mais ágil, contando que estamos mais acostumadas a ele.

A trilha sonora foi composta pelo samba do mineroduto “Aqui não”, de autoria e voz de Lucas Salgado, conhecido como “DDI”, ex-aluno do curso de Biologia da UFV e membro da Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBIO), atuante na *Campanha*, e no violão, Gilson Reis, graduado em Música (canto) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), cantor do coral *Fermata*, da escola de música Guerra Peixe (Viçosa) e professor de violão para crianças. Além do samba, foram usados trechos de cantos populares, captados durante a cobertura dos atos promovidos pela *Campanha*.

Utilizamos os programas *Adobe Premiere* e *Adobe AfterEffects* para a edição do documentário e os programas *Adobe InDesign* e *Adobe Illustrator*, para criar as ilustrações, cartazes e demais artes do documentário. Contamos com a ajuda dos colegas Eliesel Tanada e Shayene Martins para produzirmos as animações gráficas.

O nome do documentário foi escolhido depois de muito pensarmos qual mensagem queríamos passar para o público alvo. Queríamos um nome simples, porém com um forte significado que pudesse remeter à toda a luta protagonizada pelos atingidos e demais atores da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous*. Decidimos, então, que o nome seria: “Eu Estou Aqui”, um nome curto, de fácil entendimento, porém que carrega um sentido de autoafirmação, memória, relação com a terra, ao mesmo tempo que remete à solidariedade e fraternidade. “Eu Estou Aqui” pode ser o grito de um morador que bate no peito porque não

quer perder sua terra; “Eu Estou Aqui” pode ser uma mensagem de conforto e apoio que um amigo diz ao colocar a mão do ombro de alguém que precisa de ajuda.



EU
ESTOU
AQUI

Figura 5 – Título estilizado do vídeo-documentário

A capa do DVD do curta-metragem foi elaborada com uma fotografia de “Seu Zito”, como mencionado acima, morador de Paula Cândido, que nos alegrou durante a caminhada pela zona rural tocando flauta, e o título estilizado sobreposto. Esse momento também foi o escolhido para os créditos finais do curta-metragem, ao som de “Águia Branca”. A contracapa foi estruturada de acordo com a identidade visual que atribuímos a todo documentário, com efeito de manchas de tinta em tons amarelo, que também compõem a vinheta e os GCs.

Foram feitas as correções nas imagens, e por fim, no áudio, com a ajuda de Juliano Coutinho, técnico em produção audiovisual do Departamento de Comunicação Social da UFV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha pela documentação histórica da *Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous* se deu devido a inúmeros anseios pessoais e profissionais. Buscamos uma experiência na qual pudéssemos nos inserir enquanto jornalistas, exercendo o nosso papel social e compromisso com pautas populares, ao mesmo tempo em que militávamos por uma causa pela qual também somos atingidas.

Dessa forma, os objetivos desse trabalho foram alcançados, experimentando o gênero documentário dentro do formato audiovisual, que possibilitou a construção de uma narrativa crítica e profunda quanto a esse processo de resistência popular e as problemáticas envolvidas em questão. Mesmo com o pouco espaço de tempo disponível para a produção do curta-metragem, foi possível elaborar um produto didático e de linguagem simples, e o mais importante, trazendo contrainformação diante da abordagem feita pela mídia hegemônica quanto aos temas que tratamos.

Documentar essa história nos trouxe experiências que contribuíram imensamente para nossa formação. Tivemos a oportunidade de nos conectar com outras pessoas e realidades, trocamos ideias e vivências, aprendemos todos os dias e mudamos nossos olhares e perspectivas em relação ao que é ser um jornalista. E, mais do que isso, como deve ser, de fato, a comunicação que defendemos nesse trabalho – uma comunicação que seja coletiva, horizontal, combativa e que sempre busque contribuir para melhorias na nossa sociedade. Vimos a importância do aprofundamento teórico, da apuração e da pesquisa para criar uma narrativa que atenda às complexidades das realidades que nos cercam. Aprendemos também a trabalhar em conjunto, a nos organizar metodologicamente e a experimentar de novas formas os conhecimentos que adquirimos durante todo o curso.

Muitas dificuldades surgiram pelo caminho, como problemas com os materiais do Departamento, transporte para as locações das filmagens, acompanhamento de todas as atividades da *Campanha*, e contato com algumas fontes que, seja pela agenda de horários, ou por questões pessoais, não puderam nos receber. Além disso, a criação de um roteiro e a edição foram as tarefas que mais nos desgastaram, já que produzimos muito material sendo preciso excluir diversos trechos de entrevistas e *offs* que julgamos interessantes para a construção da narrativa do vídeo-documentário. Reconhecemos algumas falhas de nossa parte, como não termos utilizado tripé ou estabilizador para gravação de *offs* e durante a entrevista com Lucas, devido a imprevistos no momento da gravação. Percebemos que deveríamos ter planejado

melhor os horários das entrevistas, já que a maioria das locações eram lugares abertos com grande variação da luz natural, o que nos dificultou na padronização de cor e iluminação na edição do documentário.

No entanto, entendemos a todo momento a importância desse trabalho, não só para nós, mas para toda a comunidade atingida pelo modelo de mineração que reverbera pelo nosso país e para aqueles que acreditam que é necessário e possível lutar pelas mudanças do que nos oprime.

Esse trabalho nos deu a certeza de que queremos exercer a nossa profissão alinhada à militância política, principalmente em projetos audiovisuais que proponham uma outra comunicação, alternativa e contra-hegemônica. Reforçamos, por fim, a importância de se colocar no lugar do outro, questionar a mineração, e como um todo, a exploração de recursos naturais da forma que nos é imposta, debatermos o modelo de comunicação que reproduz estereótipos e reforça opressões dos diversos grupos sociais. Para além disso, repensar a nossa sociedade. Esperamos que *Eu Estou Aqui* seja um meio para essas reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. AGB Seção Viçosa. **Relatório sobre os impactos socioambientais do Mineroduto da Ferrous Resources na microrregião de Viçosa – MG**. UFV, Minas Gerais, 56 f., 2012. Disponível em:< http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 1. ed. Brasil: Editora 34, 2010.

BUENO, Wilson Costa. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6974/5716>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; BRONOSKI, Bruna. Temática Meio Ambiente na Folha de São Paulo: abordagem quantitativa da presença de fontes na cobertura sobre questões ambientais entre 1992 e 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1-15. Disponível em:< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0707-1.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

CONAMA. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 17 fev. 1986. p. 2548-2549. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

CONAMA. Resolução nº237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 22 dez. 1997. P. 30841-30843. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**, 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1. ed. Brasil: Bestbolso, 2014.

FEITOSA, Sara Alves; ALVES, Giseli Alves Pereira. Os enquadramentos de uma cobertura: tragédia de Mariana, **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 5-17, jan./jun. 2017. Disponível em:< <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9496/5771>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

FIRJAN. Manual de Licenciamento ambiental: guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2004. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

GONÇALVES, Andressa Santos. Implicações do mineroduto da Ferrous sobre a qualidade de vida das famílias atingidas, **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 10, n. 22, p. 141-163, jan./abr. 2016. Disponível em: < <http://revista.ufrr.br/actageo/article/view/2909/1931>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 13-75.

HARVEY, David. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Amanda. Comunicação, poder e cidadania: o encontro do alternativo e do contra-hegemônico em um mesmo veículo midiático. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 14., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ibercom, 2015. p.827-837. Disponível em: <http://www.assibercom.org/arquivos/03_Ibercom_2015_anais_completo.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

MEDEIROS, Priscila Muniz de. **O papel das novas mídias no debate ambiental: uma análise dos fluxos comunicativos no Twitter sobre as mudanças no Código Florestal**. 2012. 205 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012. Disponível em: < <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10845/MESTRADO%20Priscila%20de%20Medeiros.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci, **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

MOTTA, E. et al. **Caracterização demográfica e socioeconômica da população atingida pelo rompimento da barragem do fundão**. [S.l. : s.n.], [2016?]. Disponível em: < http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/economia/415-710-1-RV_2016_10_09_00_37_47_017.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Mineração e conflito ambiental: o caso do mineroduto da Ferrous na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais – Brasil, **Revista de Geografia – UFPE**, Pernambuco, v. 31, n. 3, p. 113-129. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/915/587>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

PASINI, Isabela Leão Ponce; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; FONSECA, Bruno Costa da. Mineroduto é progresso? Conflito Socioambiental no município de Viçosa – MG, **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 7, n. 15, p. 133-151, mai./ago. 2013. Disponível em: < <http://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1124/1202>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporanea**, cidade, v.11, n.01, p. 138-158, jan-abril. 2013. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

PERUZZO, Cicilia. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: < <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf>>. Acesso em: 10 de junho.

PUCCINI, Sérgio. Introdução ao roteiro de documentário. **Doc On-line**, n. 06, v. [s.n.], p. 173-190, ago. 2009. Disponível em: <www.doc.ubi.pt>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

SACHS, Ignacy. **Sustentabilidade social e desenvolvimento integral**. VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. 1. ed. Brasil: Cortez, 2007. p. 285-313.

SANTOS, Pollyana Martins; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Justiça ambiental e legitimação de direitos: o mineroduto da Ferrous Resources no município de Viçosa/MG pela perspectiva do conflito ambiental entre mineradora e atingidos, **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 1055-1085, set./dez. 2016.

SITE DA FERROUS. Disponível em: <<https://www.ferrous.com.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

SOUSA, Dayane Rouse Neves; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; FONSECA, Bruno Costa da. Conflitos ambientais na implantação do mineroduto da Ferrous: a percepção dos atores sociais sob suas causas e desdobramentos, **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 25, [s.n.], p. 140-163. 2013.

STEIGLEDER, Débora Gallas. Jornalismo, Meio Ambiente e Posicionamento Corporativo: estudo das reportagens sobre o novo Código Florestal brasileiro no jornal do Comércio de Porto Alegre. In: CONGRESSO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 5., 2012, Niterói. **Anais...** Niterói: Coneco, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.coneco.uff.br/ocs/index.php/1/conecoic/paper/viewFile/277/162>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

TCU; IBAMA. Cartilha de licenciamento ambiental/ Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004. 57p. Disponível em: <http://www.ambiente.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_tcu.PDF>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

ZANDONADE, Vanessa; FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social**. 2003. 73 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Fundação Educacional do Município de Assis. Assis, 2012. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/zandonade-vanessa-video-documentario.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017.